



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - 05

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo: 355/2026

2. OBJETO

2.1. Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de Certificado Digital, padrão ICP-Brasil, sendo Pessoa Jurídica (PJ) e Pessoa Física (PF), nos modelos A1 e A3, para atender as necessidades da Administração Pública do Município de São Felipe D'Oeste – RO.

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

3.1- Este ETP será norteado pela Lei 14.133/2021 e instrução normativa IN SEGES Nº 40/2020, Pelas leis municipais; LEI 1637 -2025-Plano Plurianual 2026-2029; 1661/2025-LOA 2026.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A presente contratação decorre da necessidade de garantir a continuidade, regularidade e segurança das atividades administrativas desenvolvidas por este órgão, as quais demandam a utilização de Certificados Digitais no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

4.2. Os certificados digitais são indispensáveis para: Assinatura digital de documentos oficiais com validade jurídica; Formalização de contratos e atos administrativos eletrônicos; Garantia de autenticidade, integridade e não repúdio das informações e entre outros.

4.3. Considerando que os certificados possuem prazo de validade, e que há necessidade contínuo a servidores e responsáveis legais, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão e renovação de Certificados Digitais para Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ), nos modelos A1 e A3, assegurando a regularidade e continuidade das atividades administrativas.

5. ÁREA REQUISITANTE

| ÁREA REQUISITANTE | RESPONSÁVEL |
|---|--------------|
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SEMAF | IZAQUE ALVES |

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Manter até a data definitiva a entrega dos serviços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no



Termo de Referência e no Edital, relativo a licitação da qual decorrerá o presente ajuste, nos termos do art. 89, da Lei nº 14.133/21, inclusive condições de cadastramento/habilitação que será observado, quando no pagamento relativo à contratação.

6.2. A CONTRATADA se responsabilizará por eventuais danos e/ou prejuízos aos equipamentos, instalações da CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados e/ou seu preposto, quando na entrega dos serviços relacionados; Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE; Manter até o vencimento do pagamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar a estimativa de preços praticados para a prestação de serviços de emissão de Certificados Digitais padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), destinados a Pessoa Física (PF) e Pessoa Jurídica (PJ), nos modelos A1 e A3.

7.2. Para tanto, a pesquisa de preço contou com apoio técnico da empresa CONSULTEC Sistemas e Tecnologia Ltda, contratada para assessoramento na fase de pesquisa de preços, considerando as seguintes fontes: Pesquisa direta junto a fornecedores credenciados, bem como consulta ao Painel de Preços do Governo Federal e demais bases oficiais disponíveis.

7.3. Constatou-se que o objeto é amplamente ofertado no mercado, com variação de preços compatível com a natureza do serviço e com adequada competitividade, demonstrando a viabilidade econômica da contratação.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A contratação de uma empresa especializada torna-se necessária a fim de suprir as demandas da administração pública do município. Considerando que não há inovação na presente contratação, a mesma se dará mediante a contratação dos serviços constantes neste presente estudo, pois, há diversas empresas fornecedoras podendo proporcionar competitividade ao mesmo.

8.2. Dessa forma, após o levantamento das possíveis soluções existentes no mercado, esta equipe optou pelo prosseguimento da contratação através de realização de Licitação por meio de Sistema de Registro de Preços, uma vez que:

8.2.1. A Administração não se obriga a contratar todo o quantitativo previsto na licitação e registrado em Ata;

8.2.2. Existe a possibilidade de definir quantitativo a maior, além do seu real estimativo nos casos de objetos de difícil previsibilidade, cuja previsão pode ser frustrada por uma série de fatores variáveis que não são controlados pela Administração.

8.2.3. Permite flexibilidade e parcelamento das contratações da solução.

9. QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

9.1. As quantidades demandadas dos respectivos itens são para atender a Prefeitura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ARRECAÇÃO E FINANÇAS – SEMAF



municipal durante o período de 12 meses.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu artigo 6º que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".

10.2. O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.

10.3. Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos.

10.4. Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligopolista.

10.5. À pesquisa de preços foi realizada diretamente por empresa local, como também consulta ao Painel de Preços do Governo Federal e demais bases oficiais disponíveis.

| ITEM | | | | | | |
|--------------------|-------|---|-----------------|------------|----------------|----------------|
| ITEM | CÓD. | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO | UND | QUAN T. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 1 | 23411 | Certificado digital ICP BRASIL modelo PJ A1 com validade de 1 ano | serv | 10 | 169,33 | 1.693,30 |
| 2 | 24745 | Certificado digital ICP BRASIL modelo PJ A3 com validade de 3 ano, Token USB (incluso) | serv | 10 | 355,00 | 3.550,00 |
| 3 | 23413 | Certificado digital ICP BRASIL modelo PF A1 com validade de 1 ano | serv | 10 | 115,75 | 1.157,50 |
| 4 | 24746 | Certificado digital ICP BRASIL modelo PF A3 com validade de 3 ano, Token USB (incluso) | serv | 10 | 251,25 | 2.512,50 |
| Valor total | | | 8.913,30 | | | |



11 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerada o critério menor, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo preço POR ITEM de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto.

11.2. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

11.3. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

13.1. A contratação está prevista nas leis orçamentárias do Município, PPA, LDO, LOA por se tratar de contratação habitual da administração.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1. Segurança jurídica e validade legal: garantir a autenticidade, integridade e não repúdio de documentos eletrônicos assinados digitalmente;

14.2. Continuidade das atividades administrativas: assegurar que servidores e representantes legais tenham certificados válidos para acesso a sistemas e assinatura de documentos;

14.3. Eficiência e modernização dos processos: reduzir o uso de papel, otimizar fluxos de trabalho e promover digitalização de processos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D'OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ARRECAÇÃO E FINANÇAS – SEMAF



14.4. Conformidade legal e regulatória: atender às exigências de órgãos reguladores e sistemas governamentais;

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

15.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução escolhida.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

16.1. Não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da presente contratação.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

São Felipe d'Oeste/RO, 24 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:
Josiane Aparecida Cassaro

Autorizado por:

Sidney Borges de Oliveira
Prefeito Municipal

Izaque Alves
Secretário de Administração e Fazenda
Portaria Nº12/GAP/2026



Assinado por: JOSIANE APARECIDA CASSARO 26/02/2026 09:57:25
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: Izaque Alves 26/02/2026 10:46:08 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE
